



## A EDUCAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR: O CASO GAÚCHO

Dani Rudnicki<sup>1</sup>

Juliana Krupp da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca compreender os progressos e imprecisões existentes dentro da Brigada Militar do Rio Grande do Sul após a implementação da Lei Complementar Estadual nº 10.992/97, que tornou requisito a formação em Direito para ingresso como oficial na Instituição. Para o desenvolvimento deste estudo, analisou-se as perspectivas pessoais e, sobretudo, profissionais dos soldados que cursam o ensino superior e atuam na instituição. A pesquisa desenvolveu-se com base em uma metodologia qualitativa, sendo utilizado como técnica para a coleta de dados o grupo focal com policiais homens e mulheres estudantes do ensino superior que ocupam o posto de soldado da Brigada Militar. Para tanto, foram realizados dois grupos focais em batalhões distintos: o primeiro grupo focal ocorreu no Batalhão de Operações Especiais, no dia 14 de dezembro de 2016, e o segundo grupo no 20º Batalhão de Polícia Militar, no dia sete de fevereiro de 2017, ambos em Porto Alegre. Foi possível observar que os oficiais do novo modelo de ingresso são superiores hierárquicos mais acessíveis e com maior preparo profissional para atender as demandas da instituição. Ainda, constatou-se que a necessidade de formação em curso superior está fundamentalmente relacionada à noção de valorização da atividade policial.

**Palavras-chave:** Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Ensino Superior. Universidades. Policial estudante.

**ABSTRACT:** This article seeks to understand the progress and inaccuracies existing within the Brigada Militar of Rio Grande do Sul after the implementation of State Complementary Law No. 10.992/97, which made training in Law a requirement for entry as an official in the Institution. For the development of this study, the personal and, above all, professional perspectives of soldiers who attend higher education and work in the institution were analyzed. The research was developed based on a qualitative methodology, using as a technique for data collection the focal group with policemen and women students from higher education who occupy the post of soldier of the Brigada Militar. To this end, two focus groups were held in different battalions: the first focus group took place in the Special Operations Battalion on December 14, 2016, and the second group in the 20th Military Police Battalion on February 7, 2017, both in Porto Alegre. It was possible to observe that the officers of the new entry model are more accessible hierarchical superiors with greater professional preparation to meet the demands of the institution. In this way, it was found that the

---

<sup>1</sup> Advogado, doutor em Sociologia (UFRGS), professor do PPG Direito da Universidade La Salle, Conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e do Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul. E-mail: danirud@hotmail.com

<sup>2</sup> Bacharela em Direito (UniRitter) e graduanda de Bacharelado em Filosofia (UFRGS). E-mail: julianakrupp@outlook.com



need for higher education is fundamentally related to the notion of valuing police activity.

**Keywords:** Brigada Militar of Rio Grande do Sul. Higher Education. Universities. Student Policeman.

## I – Introdução

Ao pensar os Direitos Humanos no sistema penal, cumpre refletir sobre a organização das instituições policiais, mas não apenas como instrumento do Estado violador das garantias individuais e, sim, como integrada por trabalhadores que necessitam ter seus direitos (humanos) garantidos. Assim, pensar na educação policial torna-se fundamental para entender o sistema penal, todavia, na área do Direito, raros são os estudos sobre a polícia e o direito policial. Tal fato resulta em que “[...] El derecho de policía, justamente por ser un derecho inferior o incluso un no-derecho, representa, en efecto, el sector quizá más olvidado por los estudios académicos [...]” (FERRAJOLI, 1995: 767).

A fim de sanar esta lacuna, propõe-se estudar a educação na Polícia Militar (PM). E, por suas peculiaridades, o caso gaúcho se mostra relevante para perceber as relações estabelecidas entre a PM e a sociedade. A Brigada Militar (BM), a partir da Lei Complementar Estadual nº 10.992/97, inovou ao modificar o formato de ensino e formação dos seus cargos superiores, tornando-se a primeira polícia no Brasil a exigir o diploma de nível superior em Direito àqueles que almejam a carreira de oficial.

Essa mudança é vista como benéfica por grande parte dos soldados em vista da melhoria salarial e elevação do *status*<sup>3</sup> policial, em que pese a remuneração da BM permaneça baixa em comparação a outras polícias brasileiras. Cabe salientar, nesse sentido, que esta alteração vem produzindo efeitos desde a modificação no perfil dos oficiais, bem como na relação entre eles e os soldados.

Neste panorama, será abordada a relevância profissional e institucional da exigência de graduação em Direito para ingresso na carreira de oficial da BM, a partir das perspectivas de soldados que atuam na instituição e que cursam ensino

---

<sup>3</sup> Termo empregado por GOLDSTEIN (2003: 350) para diferir o prestígio social conferido a um indivíduo graduado em relação ao prestígio conferido a um policial, tornando anômalo o sujeito que é policial e formado em ensino superior.



superior. Busca-se conhecer, nesse sentido, os avanços e imprecisões que surgiram no decorrer dos últimos vinte e um anos após a implementação de tal requisito, enfatizando as opiniões dos soldados da BM ouvidos nesta pesquisa.

Utilizou-se como técnica a realização de grupos focais. Assim, para a coleta de dados, organizaram-se dois grupos, compostos por soldados homens e mulheres que cursam o ensino superior. O primeiro ocorreu no Batalhão de Operações Especiais (BOE), em Porto Alegre, no dia 14 de dezembro de 2016, composto por nove policiais participantes, sendo todos do gênero masculino. O encontro com o segundo grupo focal aconteceu no dia sete de fevereiro de 2017 e reuniu oito agentes do 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM), também em Porto Alegre. Entre os participantes deste grupo estavam seis homens e duas mulheres.

## **II – Perfil geral dos soldados participantes**

Nos grupos focais, dispostos no formato dinâmico de um círculo, os policiais responderam questões relacionadas a assuntos pessoais, profissionais e acadêmicos. As perguntas objetivas que faziam referência à vida pessoal dos participantes eram respondidas por cada um deles na ordem sequencial do círculo. De outro modo, as perguntas pertinentes às esferas profissional e acadêmica eram direcionadas ao grande grupo, de forma que os participantes pudessem responder à medida que sentissem a necessidade de manifestar as suas percepções.

Importa frisar que todos os participantes voluntários dos grupos focais realizados no BOE e no 20º BPM eram estudantes do ensino superior, razão pela qual foram convidados a participar da coleta de dados. Sinala-se que, embora as perguntas direcionadas aos dois grupos fossem essencialmente iguais, bem como os apontamentos em relação aos anseios e dificuldades da profissão tenham sido semelhantes em diversos pontos, foi possível vislumbrar uma significativa diferença de perfil de policiais entre os dois grupos. O que facilmente se explica pela diferença de perfil entre quem atua em um batalhão “de elite” (a maioria integrava o Grupo de Ações Táticas Especiais) e outro de atuação “mais comum”.

Neste sentido, em relação à desenvoltura e comunicabilidade dos participantes, percebeu-se que os voluntários e voluntárias do BOE apresentaram um comportamento mais retraído e mantiveram a seriedade ao longo de quase todo o grupo focal, com alguns breves momentos de descontração. Inclusive, no momento da dinâmica, trajavam farda de combate.



De outra banda, os participantes do grupo focal do 20º BPM, atuantes na área administrativa daquele batalhão, mostraram-se bastante à vontade, foram mais receptivos e comunicativos. O clima de integração e descontração do segundo grupo possibilitou uma conversa em um tom menos formal, favorecendo a coleta de informações de forma mais espontânea. Percebeu-se que os soldados homens e mulheres deste grupo expressaram as suas opiniões com menos controle e censura e exteriorizaram um pensamento mais radical em relação à concepção de polícia e a perspectiva de atuação da BM, revelando, ainda, pouco aprofundamento sobre o conceito de Direitos Humanos, embora todos fossem estudantes da área jurídica.

No grupo focal realizado no Batalhão de Operações Especiais – BOE, sete policiais disseram morar com uma companheira, sendo que todas elas já tinham o ensino superior completo ou estavam em vias de concluir a graduação. Cinco participantes possuíam um total de seis filhos, sendo que quatro crianças estudavam em escolas públicas e duas em privadas. Contaram que ingressaram na BM entre 2002 e 2010, e cinco deles atuavam na instituição há dez anos. Entre eles, alguns já possuíam a graduação completa, um estava cursando a segunda graduação e outro era aluno de pós-graduação. Dentre os cursos escolhidos, o principal é Direito, com cinco soldados, outros dois cursavam educação física, um cursava letras e o outro, história.

Os soldados do segundo grupo focal eram lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM) e todos haviam ingressado na mesma turma, no ano de 2012. O grupo era formado por seis homens e duas mulheres com idade entre 25 e 28 anos. Somente dois eram solteiros e os demais eram casados, todos sem filhos. Os participantes, em sua maioria, cursavam faculdade de Direito, à exceção de dois que estudavam Serviço Jurídico, um curso tecnológico à distância com custo reduzido em relação ao bacharelado – eles destacaram a possibilidade de, posteriormente, migrar para o Direito. Importa destacar que uma das participantes já possuía formação em Serviços Penais, e outro estudava em uma instituição de ensino localizada há mais de 150 quilômetros da capital, na mesma cidade em que residia.

### **III – O ensino superior na Brigada Militar**

Prevista no artigo 129 e seguintes da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, de 1989, a BM é a polícia militar gaúcha, sendo a única instituição policial brasileira a possuir um nome próprio. Suas origens são reconhecidas por um



passado de luta e protagonismo nos períodos históricos do Rio Grande do Sul (RUDNICKI, 2007: 155), possuindo uma trajetória que chega aos 182 anos de operação no Estado. A BM é a instituição policial responsável pelo policiamento ostensivo, preservação da ordem pública, guarda externa dos presídios e polícia judiciária militar, atuando, ainda, excepcionalmente, na guarda interna de casas prisionais.

A implementação da Lei Complementar Estadual nº 10.992/97, que tornou obrigatória a graduação em Direito para o ingresso na carreira de oficial na BM, emerge da necessidade de uma polícia militar jurídica e culturalmente mais qualificada, com maior grau de abstração, sofisticação e nível de complexidade. Nesse sentido, GOLDSTEIN (2003: 354) diz que a formação superior reforça a imprescindibilidade de pessoas inteligentes atuando no campo policial e, sobretudo, na administração da polícia, conferindo mais confiança e *status* à atividade policial.

[...] Espera-se que a educação superior traga a tão necessária respeitabilidade, dignidade e *status* para o serviço policial. Argumenta-se que o policial com nível superior, cuja educação se iguale ou supere a da maior parte das pessoas com quem ele tem contato, tende a trabalhar com muito mais confiança e de uma maneira muito menos defensiva. O requisito educacional é visto como uma indicação daquilo que a agência – ou o campo policial como um todo – pensa de si. (GOLDSTEIN, 2003: 354)

A partir desta concepção, é possível observar o manifesto aumento no número de faculdades e universidades que ofertam cursos projetados para a atuação policial (GOLDSTEIN, 2003: 352), com padrões educacionais e disciplinas curriculares voltadas para a formação do agente. No entanto, o autor alerta para a despreocupação com o conteúdo a ser ensinado aos policiais e aponta que o diploma não está vinculado a qualidade do conteúdo que se é ensinado, pois “Dado o grande número de faculdades e o número de pessoas que as frequentam, o diploma em si reflete muito pouco do valor ou da relevância da experiência educacional.” (GOLDSTEIN, 2003: 358)

Neste panorama, os soldados ouvidos nesta pesquisa mencionaram as dificuldades em razão de serem estudantes policiais. Foram pontuados obstáculos tanto na faculdade, pelo uso da farda, porte ostensivo de arma de fogo e linguajar corriqueiro (de uso interno dos batalhões), assim como no batalhão, ao fazerem uso de uma linguagem culta e própria da esfera jurídica. Relataram que, dentro da universidade, são vistos como ignorantes e, por vezes, são recriminados pela linguagem coloquial assimilada em razão do contato com gírias e hábitos comuns do



serviço de rua. Estes padrões inversos de fala nos diferentes ambientes em que transitam geram uma exigência de alternância constante de vocabulário.

Não apenas por essa razão, mas, também, relacionado a questões de afinidade decorrentes da profissão, os soldados relataram que os policiais colegas de faculdade procuram se unir dentro do ambiente educacional. De acordo com os relatos, o grupo de colegas policiais é de fácil identificação e se destaca entre os demais alunos da classe: “Tem bastante Brigada que faz Direito, né? Se junta sete brigada ali junto” e “Até a gente vê na hora do intervalo, o grupinho é a Brigada e os outros”.

Acerca do relacionamento e entrosamento no ambiente universitário, a maior dificuldade apontada pelos policiais são os conflitos com professores de diferentes posicionamentos tidos como ideológicos ou políticos. Os soldados relataram que percebem a universidade como um ambiente de "doutrinação" proporcionado pelos professores. Nesse contexto, foi relatado que:

Ela (professora) *tava* discutindo algum tema sobre abordagem, *botava* algum vídeo lá e as *polícia* já... Só aquela parte que o cara *tá* só metendo pau, não tem toda a ação. Aí a gente tentou dizer que não, que não era assim e tal...

No mesmo sentido:

Mas foi com professores mesmo, eu sinto que eles não querem te ensinar, eles querem te doutrinar. Querem assim, ó... É tão grosseiramente que até os colegas que não são policiais ficam indignados. Será que isso *tá* certo, será que isso tem que ser assim mesmo? Acho que o problema maior são os professores.

Nesse contexto, convém mencionar que o ensino das faculdades de Direito, em razão do seu caráter fortemente conservador, em geral, não está direcionado para o exercício de reflexões, mas, sim, propõe-se a reiterar as normas jurídicas vigentes (RUDNICKI, 2007: 304 e 305), de modo que aqueles docentes que se dispõem à prática do exercício de reflexões e críticas em sala de aula, exercem grande influência sobre os seus discentes durante a trajetória acadêmica. Ora, dos relatos dos soldados, percebe-se que há um descontentamento com professores que se propõem a pensar e debater as estruturas sociais e institucionais em sala de aula, não havendo a compreensão por parte dos alunos policiais sobre um princípio acadêmico primordial, que é proposta de um espaço de desenvolvimento do debate e do pensamento crítico, mesmo que confrontem suas concepções pessoais.



Assim, GOLDSTEIN (2003: 361) afirma que a relação de aproximação entre as universidades e a polícia pode promover uma expansão no número de pessoas formadas para atuar nas instituições policiais, sem assegurar, contudo, qualquer melhoria na estrutura e na qualidade do funcionamento dos órgãos policiais:

[...] Eles procuram mudar a polícia – seus valores, sua orientação, suas políticas e a natureza do serviço que ela presta ao público. Mas, em um esforço aparente para evitar ofender o atual pessoal da polícia, ele tem sido relutantes em reconhecer que o desejo por mudanças é seu objetivo primeiro (GOLDSTEIN, 2003: 375).

Com efeito, observe-se que a profissão policial possui uma complexidade e importância que requer uma formação específica, destacando-se a carência de um currículo com abordagem interdisciplinar entre as áreas jurídicas, humanísticas, administrativas e técnicas-profissionais (BENGOCHEA (2004: 130). Logo, importa ressaltar que o curso de Direito não supre todas as demandas atinentes ao ofício policial, que exige compreensão de diversas áreas e disciplinas.

Importa referir, nesse contexto, que a exigência de nível superior em Direito para ingresso na carreira de oficial da BM deu-se a partir de uma demanda por equiparação a carreiras jurídicas, como, por exemplo, a carreira de Delegado de Polícia. Surge, então, a exigência do título de bacharel em Direito, sendo que, após a graduação na universidade e aprovação em concurso público, deve-se frequentar as aulas do Curso Superior de Polícia Militar (CSPM), para, finalmente, tornar-se Oficial da BM (RUDNICKI, 2008: 114).

#### **IV – As perspectivas dos policiais universitários**

Vislumbrou-se, no decorrer da pesquisa, que os estudantes policiais militares do Rio Grande do Sul investem nos cursos de graduação por diferentes motivos: objetivando a ascensão na polícia militar, buscando aumento salarial ou pretendo se transferir para outra polícia. Alguns participantes manifestaram a ideia de encontrar novas oportunidades, para além da carreira policial:

A minha razão é a ascensão funcional na Brigada e quero dar aula também nas instituições privadas. Inicialmente eu fiz Direito pra *mim* ter uma [palavra inaudível] dentro da Brigada, mas hoje já mudou totalmente o foco...

Outro agente entrevistado afirma que iniciou o curso de graduação em Letras com o propósito de realizar outros concursos que não estão vinculados somente à instituição militar:



Eu tô me formando em letras, né, pelo curso à distância, mas quando eu decidi fazer, eu optei pelo português, né, pra prestar outros concursos.

Na opinião de outro policial universitário, há graduações que não acrescentariam à Brigada e isto poderia servir como desestímulo para seguir na carreira militar. Nesse sentido, foi aduzido que:

A gente tem colega de turma aí que se formou em engenharia. O objetivo dele não é ficar na Brigada, porque ele sabe que na Brigada ele não tem futuro. Um engenheiro dentro da Brigada, o que ele pode fazer? Nada. Fora, ele vai ganhar muito mais.

Destarte, foi possível perceber uma preferência dos policiais universitários pelo curso de Direito, opção que foi definida, sobretudo, em razão das condições salariais disponíveis no mercado de trabalho para profissionais com formação na área jurídica. No entanto, com relação ao requisito instituído pela Lei Complementar Estadual nº 10.992/97, alguns participantes divergiram entre si e questionaram a valorização específica da graduação no curso de Direito na Brigada Militar:

Na Brigada, hoje, eu sou formado em história e não serve pra nada, eu posso talvez dar algum curso de soldado agora, ganhar minhas *hora aula* e *cabô*. Eu posso fazer, então, um bico aí legalizado, dar aula em qualquer outra instituição, mas, hoje, eu não tenho tempo... mas a Brigada não valoriza porque eu tenho um curso superior, só valoriza se o cara se formar em Direito.

Um soldado contrapôs a noção de supervalorização do curso de Direito, defendendo que a formação jurídica efetivamente contribui com a prática da atividade policial. Observou, ainda, as diversas possibilidades de concursos públicos que a graduação na área jurídica possibilita:

Acho que Direito, na nossa profissão, pelo que tá no nosso dia a dia, é o que mais se adequa. Não vejo outra opção no momento. E, além de abrir um leque de cursos, dá pra trabalhar em 'n' áreas.

De modo unânime, os policiais afirmam que foi notória a modificação nas condições de acesso ao ensino superior nos últimos anos, não só em razão de políticas públicas de acesso à universidade promovida por governos anteriores, mas, também, pelo surgimento de novas instituições de ensino, com modalidades de cursos à distância e de baixo custo. Nesse sentido, um dos policiais mencionou a facilidade que é, nos dias atuais, ingressar em uma universidade e conseguir manter-se de forma flexível na graduação, havendo a possibilidade de adaptação do tempo dedicado aos estudos conforme o período disponível na rotina pessoal:





Hoje, o acesso à faculdade, ao curso superior, *né*, [palavra inaudível] é muito mais fácil. Hoje, eu consigo fazer em casa uma faculdade. Há quinze anos atrás, a gente não conseguia, mas, hoje, o curso superior é... Não é difícil alcançar. Posso fazer em casa uma faculdade de dois anos, EAD, e já tô apto a fazer o concurso. Então, hoje, é muito mais fácil... É muito mais fácil pra entrar com um curso superior.

No entanto, alguns policiais consideram altas as mensalidades das universidades relatando que enfrentam dificuldades financeiras para o êxito na conclusão do ensino superior. Assim, alguns soldados entrevistados salientaram o alto custo de suas faculdades:

A mensalidade da minha faculdade é enorme, então eu tenho dificuldade de conseguir pagar faculdade, pagar carro, pagar casa, pagar todas as minhas contas.

Conforme anteriormente mencionado, o curso de Direito é uma opção para a maioria dos estudantes policiais em razão das possibilidades de escolha em concursos públicos, viabilizando, também, ascensão em diversas carreiras profissionais. É unânime entre os entrevistados a condição de que a permanência na BM depende da reestruturação do plano de carreira e da possibilidade de crescimento profissional na instituição. Nessa linha, um dos participantes fez a seguinte colocação:

Eu penso em ir para a Polícia Civil, por todos os benefícios que a gente vê que eles tem. Porque aqui não tem expectativa, daqui há dez anos é capaz de continuar soldado, e mais outros dez continuar soldado. Em um curso pra sargento abre vinte vagas, e a ideia é fazer pra capitão, mas *pô*... Se eu não consegui pra sargento, como é que eu vou conseguir (pra capitão)? É muito mais difícil. Então hoje eu já penso em ir da Brigada pra Polícia Civil.

Na mesma esteira, um dos soldados enfatizou:

Eu também penso, porque se não mudar o plano de carreira... O plano de carreira é muito ruim para soldado, ainda mais que os concursos para sargento são poucos. Se não mudar, eu pretendo, também, ir para a Civil.

Quando questionados em relação à possível mudança no concurso de soldado, que incluiria o nível superior como requisito para ingresso na Instituição, os policiais estudantes, em sua maioria, posicionaram-se de forma favorável:

A tendência, se vai melhorar o nível cultural, acho que o nível cultural de toda a tropa vai ser melhorado, acredito que seja bom, é uma tendência todo mundo ter curso superior, não interessa o curso que tenha, mas pelo menos que o cara tem o mínimo de conhecimento a mais do que ter o nível médio. Acho que seria útil.



No que tange à remuneração atual, entendem que é adequada se comparada a outras profissões em início de carreira, que, da mesma forma, exigem somente o ensino médio completo como pressuposto para a ocupação do cargo ou vaga de emprego. Nesse sentido, um soldado comentou:

Conversando com a turma de soldados que eu *tô* dando aula ali, já *tá* ganhando dois e oitocentos, quase três mil reais. Com dezoito anos, no mercado comum, aí na rua ninguém ganha isso com segundo grau completo.

Em outra fala:

Eu penso que o ser humano está sempre pensando em melhorar. Antes de eu entrar para a Brigada eu trabalhava na iniciativa privada e ganhava um salário pequeno, queria passar num concurso. Quando eu consegui passar num concurso, hoje, o meu salário em tese é bom comparado ao que eu ganhava antes.

Porém, alguns agentes consideram que o salário percebido atualmente ainda não é o suficiente para suprir despesas familiares indispensáveis para a manutenção da qualidade de vida:

Eu acho que não é suficiente, *né?! Não é* adequado pra dar uma qualidade de vida pro policial militar e muito menos pra família, *né?! Hoje*, um policial militar que vem do interior pra Porto Alegre, que ele tem que alugar uma residência aqui, ele não consegue manter uma família, *né*, com uma qualidade de vida digna. Então, a maioria, noventa e nove ‘vírgula’ nove por cento dos policiais, tem que se submeter a fazer um bico, *né*, um complemento. Então, ao meu ver, não é digno nem justo...

Por conseguinte, os policiais ressaltaram que a remuneração não guarda proporcionalidade com a relevância social da função que exercem, destacando, também, a exposição a risco que sofrem diariamente em decorrência da profissão:

Eu já acredito que o salário do policial militar, aquele que *tá* na rua ali mesmo, que combate ali, ele é muito, muito baixo. Muito baixo porque ele é um cara que *tá*, ele... É uma função totalmente importante pra sociedade, entendeu?! Então, eu acho que esse salário... É essencial e esse salário não condiz com o quão essencial ele é pra sociedade.

Acerca desta perspectiva, importa salientar que existem questões atinentes à função social da atividade policial bem como a atuação dos agentes em relação ao modo como ela é percebida pela população. Nesta esteira, FLORINDO (2011: 180) ressalta que os policiais compreendem o seu ofício como uma atividade que não é socialmente valorizada, pois se identificam enquanto integrantes de uma instituição “mal amada” (MONET, 2001: 276) e, desta forma, a sua atuação e relevância é



compreendida somente no âmbito interno da instituição, entre os colegas de farda que compartilham diariamente as mesmas adversidades e inquietudes da profissão.

Alguns participantes admitem que, além de cumprirem a carga horária obrigatória da instituição e, também, realização de hora extra, complementam a renda através de uma prática popularmente conhecida como “bico”. Trata-se de uma atividade remunerada exercida fora do expediente e que, muitas vezes, é executada pelos policiais de forma irregular:

Bom, eu diria que, pra nós, a gente ganha relativamente razoável, né, perante as outras... Os outros salários, que nem outras profissões que tem. Só que pelo trabalho que a gente faz, a gente ganha mal, e isso nos entristece um pouco, eu acho, acredito que todos. Eu mesmo, além de estudar, eu ainda faço bico ainda, não tenho vergonha de dizer. Tudo que eu tenho, hoje, é bico, Brigada e hora extra, bico, Brigada e hora extra.

Neste panorama, há que se considerar que a BM é uma instituição militarizada e, deste modo, a divisão hierárquica existente dentro da instituição causa um impacto excessivo na diferença de salário entre seus agentes. Os jovens policiais militares aduzem que se sentem desmotivados a seguir carreira na instituição, pois, em que pese busquem maior qualificação profissional e progresso curricular, inclusive frequentando cursos dentro da própria Instituição, não auferem promoção na carreira e tampouco aumento salarial:

Ele fez três cursos de especialização dentro da instituição, pra atuar dentro da instituição mesmo, e nada veio a acrescentar dentro do salário dele. Acho que isso aí tá muito errado. O policial ele vai lá, ele se especializa, ele corre atrás de conhecimento, mas ele não tem nada que motive dentro da instituição, ou até mesmo pra ajudar na formação de sargento ou até mesmo na situação financeira. A gente sabe muito bem, todo mundo tá trabalhando ali e quer chegar a cargos maiores dentro do teu serviço, se especializar, ganhar um pouco mais, e a gente não vê isso dentro da instituição. Isso desmotiva.

Outro ponto levantado por diversos participantes é o descontentamento manifestado por alguns colegas de trabalho que não cursam faculdade e se mostram incompreensíveis com aqueles que estudam. Isso porque, em razão do tempo e dedicação que os estudos exigem, eles acabam tendo que, justificadamente, reduzir a sua disponibilidade para o trabalho, desagradando, assim, alguns colegas de batalhão:

Eu vou estudar todos os dias de noite, daí eu vou ter que ir lá e dizer: "bah, olha, eu tenho aula". Aí tem uma reintegração de posse e eu vou dizer: "bah, eu tenho prova". Aí os colegas já olham e falam: "bah, não quer



trabalhar, tá sempre dando desculpa de que tem aula", "toda aula é um trabalho diferente".

Outro policial relatou:

Eu faz sete anos que eu tô no GATE, eu trabalhei em Esteio antes. Eu não cheguei a estudar em Esteio, mas eu via colegas lá que enfrentavam dificuldade, daí, parece que já: "ah, tu vai estudar de manhã? ah tá, daí eu vou te botar só de tarde ou de noite." Daí o cara fazia a matrícula de manhã, e lá pela metade do semestre, "bah, tu vê, vai ter uma alteração aí, eu vou ter que te botar de manhã agora." Pô, parece que era justamente pra...

Por fim, perguntados sobre a relação com os oficiais, a maioria dos policiais respondeu de forma positiva, afirmando que eles "são muito mais acessíveis, os últimos que entraram Bacharéis em Direito". Um participante destaca que o colega de farda, após a conclusão da graduação em Direito, retornou à instituição como capitão e manteve uma postura modesta e próxima dos ex-colegas de batalhão, a partir de então, seus subordinados:

Conheço, um cara que serviu uma vez com nós na praia... E o cara se mantém a mesma pessoa, gente fina. Seguida falo com ele pelo *whats*. Ele foi um cara que foi soldado, serviu na mesma turma que nós de soldado, e hoje em dia é capitão. E eu vejo que tem pessoas que conhecem ele, falam muito bem dele. Acho que ele não mudou o perfil dele porque é do caráter dele. Agora, tem pessoas que se transformam.

Nesse sentido, foi possível perceber que muitos policiais argumentaram que a forma de tratamento dos oficiais graduados em Direito está relacionada, sobretudo, à educação e cordialidade pessoais deles, não estando, portanto, relacionado exclusivamente à elevação do seu nível cultural e hierárquico. Destacaram, ainda, que muitos oficiais são oriundos da própria Instituição e, por já terem sido soldados anteriormente, os tratam de forma equânime e cordial.

## V – Considerações Finais

Os integrantes das PMs participam de uma instituição que, por vezes, desrespeita os direitos humanos dos cidadãos, porém, essa mesma instituição protege os direitos humanos dos cidadãos. Trata-se de instituição complexa em decorrência de sua missão e dois meios que recebem para cumpri-la. Proteger as pessoas pode significar, por vezes, agredir a outras pessoas.

Os agentes que recebem essa missão precisam de mais preparo e também de pré-requisitos. Da análise dos dados coletados nas entrevistas, observou-se que o modelo imposto pela Lei Estadual Complementar nº 10.992, de 18 de agosto de



1997, que provocou a alteração da forma de ingresso na carreira de oficial, passando a exigir a graduação em Direito, vem produzindo efeitos no sentido de modificar positivamente o perfil destes oficiais e, como consequência, a aproximação na relação entre eles e os soldados.

São superiores hierárquicos mais acessíveis, com maior preparo e habilidade para entender e atender as demandas da instituição, contribuindo e incentivando a evolução pessoal e profissional dos agentes da tropa. Além disso, os policiais ouvidos na pesquisa defendem a exigência de nível superior em graduações diversas para ingresso como soldado. Aduziram, como justificativa, que esta modificação estaria relacionada à importância e ao reconhecimento da profissão de policial militar, melhorias no plano de carreira e majoração salarial.

Neste contexto, foi possível observar que o requisito de ensino superior para ingresso na Instituição está fundamentalmente relacionado à ideia de valorização da Brigada Militar e elevação do *status* policial de seus agentes, a fim de assegurar uma estrutura militar corporativa mais sólida e composta de profissionais amplamente capacitados para a execução das atividades atribuídas à Brigada Militar. Por fim, pode ainda se mostrar medida capaz de aumentar o grau de comprometimento da polícia para com a defesa dos Direitos Humanos.

## Referências

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARÃES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz;

ABREU, Sérgio Roberto de. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. 2004, p. 119-131.

FERRAJOLI, Luigi. **Derecho y razón**. Madri: Trotta, 1995.

FLORINDO, Marcos Tarcisio. Estado, polícia e sociedade: ensaio sobre a regularidade (e a permanência) das práticas discricionárias de atuação policial. **Estado, Polícia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Intratextos, 2011, p. 167-182.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MONET, Jean Claude. **Policias e sociedades na Europa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

RUDNICKI, Dani. **A Formação Social de Oficiais da Polícia Militar**: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em

DIREITOS HUMANOS,  
ESTADO DEMOCRÁTICO DE  
DIREITO E DIREITOS SOCIAIS

19 e 20 de setembro de 2019  
UNESC - CIRCUMA

www.unesc-circuma.org.br



II SEMINÁRIO  
INTERNACIONAL EM  
DIREITOS HUMANOS  
E SOCIEDADE

IV Jornada de Produção  
Científica em Direitos  
Fundamentais e Estado



Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. O ingresso de Bacharéis em Direito na Polícia Militar Gaúcha.  
**Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, nº 20, p. 108-137, julho/dezembro 2008.